



## CIMEIRA IBÉRICA DA ECONOMIA SOCIAL

### ASSINATURA DE MEMORANDO SOBRE ECONOMIA SOCIAL ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

Decorreu, no passado dia 8 de setembro, em Coimbra, a Cimeira Ibérica da Economia Social, na qual os governos de Portugal e Espanha assinaram um Memorando de Entendimento sobre Economia Social, com o objetivo de estreitar os laços comuns entre os dois países e impulsionar este modelo empresarial de maneira bilateral, bem como a nível internacional.

O evento contou com a participação da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de Portugal, Ana Mendes Godinho, da segunda Vice-Presidente de Governo e Ministra do Trabalho e Economia Social de Espanha, Yolanda Díaz, da Diretora-geral de Trabalho Autónomo, Economia Social e Responsabilidade Social das Empresas de Espanha, Maravillas Espín, do Presidente da CPES, Confederação Portuguesa da Economia Social e Presidente da CONFAGRI, Manuel dos Santos Gomes, do Diretor-geral da CPES, e Secretário-geral da CONFAGRI, Francisco Silva, bem como do Presidente da CASES, Cooperativa António Sérgio para a Economia Social de Portugal, Eduardo Graça, e do Presidente da CEPES, Confederação Empresarial Espanhola da Economia Social, Juan Antonio Pedreño, entre outros.



ANA MENDES GODINHO E YOLANDA DÍAZ, MINISTRAS DE PORTUGAL E ESPANHA

O documento assinado apresenta vários eixos de ação. Por um lado, a definição do papel dos Conselhos Nacionais de Economia Social como órgãos de consulta e troca de experiências legislativas, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o Plano de Ação Europeu para a Economia Social. Outro dos eixos do memorando assinado é a troca de informações para a realização de estatísticas e a definição da metodologia na realização de relatórios. Para isso, serão promovidos diversos encontros nos quais participarão os Institutos Nacionais de Estatística de ambos os países.

Igualmente, o Memorando estabelece a periodicidade bienal para a celebração da Cimeira Ibérica da Economia Social e compromete-se a desenvolver propostas conjuntas para promover a presença da Economia Social no âmbito das Cimeiras Ibero-americanas. Além disso, foi acordada ainda a criação de um prémio ibérico semestral que reconhece a atuação das empresas da Economia Social e o seu papel no Plano de Recuperação e Resiliência.

Ana Mendes Godinho, Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, referiu tratar-se de um passo importante em que os dois Países “assumem aqui uma posição comum relativamente aos objetivos e às metas do plano [de Ação Europeu] que está a ser construído” e reforçou a ideia de compromisso entre os dois países referindo que “queremos reafirmar a essência e o dinamismo da

Economia Social, com a sua capacidade de responder e antecipar as necessidades da população no terreno. Para isso, é fundamental fortalecer a colaboração entre os dois países. Só juntos podemos avançar e ir mais longe “apontando a necessidade deste memorando para” a construção de uma Europa social mais

**A entrada da CPES para o Conselho Nacional da Economia Social é um bom princípio para esta fase pós-pandemia como primeiro passo do reconhecimento institucional da Economia Social organizada em Portugal.**

**Seguir-se-á a entrada para o Conselho Económico e Social tendo como objetivo, a seu tempo, o reconhecimento da Economia Social como parceiro social.**

Francisco Silva

justa, solidária, sustentável e inclusiva”. A responsável destacou ainda o peso da Economia Social referindo que a mesma representa atualmente mais de 6% do

emprego e que “durante a pandemia, ficou evidente que foi uma das áreas que conseguiu criar emprego durante os períodos difíceis que se viveram” reforçando e destacando que a mesma terá também um papel extremamente importante no relançamento da Economia. Neste campo referiu que relativamente ao PRR, o mesmo tem várias áreas “em que a economia social pode ser fundamental para uma concretização rápida, essencialmente naquelas que são as áreas de residência social, mas também nas dimensões da transição ambiental e digital”.

Já Eduardo Graça realizou um enquadramento da realização desta Cimeira, que surgiu no âmbito da Capital Europeia da Economia Social 2021, e do processo realizado que conduziu à escolha de uma rede de cidades portuguesas, capitais de Economia Social, entre as quais Coimbra. “O modelo de rede de cidades adotado apresenta a vantagem de permitir a realização de eventos de diferente teor, de acordo com a maior apetência e capacidade de execução de cada cidade e simultaneamente envolver mais atores na promoção da Economia Social”, apontou o responsável. A terminar enalteceu a presença das várias personalidades e responsáveis políticos de Espanha e Portugal que constituem, “um verdadeiro estímulo e uma inspiração para que prossigamos a cooperação entre os nossos dois países em prol do desenvolvimento e reconhecimento deste sector, que na sua diversidade muito tem contribuído e contribuirá para a coesão social e o prosseguimento dos objetivos do milénio a nível regional, nacional e global”.

Yolanda Díaz, segunda Vice-Presidente de Governo e Ministra do Trabalho e Economia Social de Espanha, destacou que o memorando “é uma oportunidade sem precedentes porque favorece e abre caminho para a tão esperada recuperação económica”. A responsável quis sublinhar que “de mãos dadas, com aquela vontade fraterna que nos une, mostramos que o nosso compromisso com a Economia Social é muito sério, pois sabemos que é um modelo fundamental para a construção de uma nova economia, uma nova vida”, centrada nos princípios deste modelo de negócio: “igualdade, coesão social e melhoria das condições de trabalho”.

Por sua vez, Maravillas Espín, Diretora-geral de Trabalho Autónomo, Economia

Social e Responsabilidade Social das Empresas de Espanha, sublinhou que este documento “representa um marco significativo na promoção da comunicação entre os governos dos dois países” e explicou que “estamos convencidos de que a ação coordenada entre os diferentes agentes administrativos é fundamental para a definição das políticas públicas que devem acompanhar este processo”. Juan Antonio Pedreño, Presidente da CEPES, Confederação Empresarial Espanhola da Economia Social, valorizou os princípios das empresas da Economia Social: responsabilidade com o seu meio ambiente, priorização do valor da pessoa sobre o lucro máximo, capacidade e manutenção do emprego e fixação da população ao território, promoção da coesão social, dos ODS, da Agenda 2030 e um exemplo de incorporação da mulher ao mercado de trabalho, afirmando que “as instituições europeias sabem que, para melhorar a visibilidade, o reconhecimento e garantir a estabilidade da Economia Social é necessário um ambicioso Plano Europeu financeiramente dotado”.

#### **A PRESENÇA DA CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DA ECONOMIA SOCIAL NO CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL É NECESSÁRIA, JUSTIFICÁVEL E URGENTE**

O Diretor-geral da CPES e Secretário-geral da CONFAGRI, Francisco Silva, na sua intervenção, efetuou uma breve apresentação da CPES referindo que “temos vindo a assistir nos últimos anos a um empenho da Administração e das Organizações representativas das diferentes Famílias, na organização e estruturação da Economia Social em sentido geral e institucional” que culminou com a constituição da CPES em 2018 pelas nove principais Organizações sectoriais das diferentes Famílias da Economia Social. Prosseguiu destacando que “não sendo fácil conciliar as opiniões das diferentes Famílias, há, no entanto, duas prioridades para as quais foi possível obter um consenso generalizado” referindo-se ao facto da CPES ser membro do Conselho Nacional para a Economia Social e da candidatura ao Conselho Económico e Social, “processo em apreciação na Assembleia da República e esperamos que com a abertura da nossa sessão legislativa seja aprovado”, pois, “a presença da CPES no Conselho Económico e Social é necessária, justificável e urgente pela sua representatividade horizontal e para transportar para o Conselho uma

visão geral e um posicionamento político e concertado da Economia Social organizada em Portugal”.

Prosseguiu apontando que “a pandemia veio demonstrar a importância da Economia Social e sobretudo da vertente não mercantilista ou por outras palavras – Economia Social e Solidária. O papel das IPSS’s, das Misericórdias, das Mutualidades e das Cooperativas, foi exemplar e insubstituível, como foi também das Cooperativas agroalimentares, que garantiram a presença de produtos alimentares essenciais e de consumo diário à mesa dos portugueses”. Nesse sentido, Francisco Silva, referiu que “chegou a hora de começarmos a tratar da Economia Social na sua plenitude e daí a entrada da CPES para o Conselho Nacional da Economia Social” dizendo que a mesma “é um bom princípio para esta fase pós-pandemia como primeiro passo do reconhecimento institucional da



INTERVENÇÃO DE FRANCISCO SILVA, DIRETOR-GERAL DA CPES, E SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI

Economia Social organizada em Portugal. Seguir-se-á a entrada para o Conselho Económico e Social tendo como objetivo, a seu tempo, o reconhecimento da Economia Social como parceiro social”. Apontou de seguida o contexto europeu atual destacando que os direitos sociais e a Economia Social estão na primeira linha dos debates e prioridades nas instâncias comunitárias – Comissão Europeia, Parlamento Europeu com o Intergrupo da Economia Social, “recentemente impulsionado pela Cimeira Social do Porto que

decorreu durante a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia”.

Francisco Silva, referindo-se relativamente ao futuro, mencionou que “temos nos próximos anos grandes desafios, neste período pós-pandemia e também teremos à disposição importantíssimos instrumentos comunitários de apoio” dos quais salientou a nova geração de Fundos Comunitários e o Plano de Recuperação e Resiliência, com forte incidência em áreas como a saúde, as vulnerabilidades sociais, a transição climática e a transição digital, entre outras. Manifestou ainda que “existem fundadas expectativas sobre o anunciado Plano de Ação [Europeu] para a Economia Social que se aguarda para os finais do ano” destacando as intervenções públicas do Comissário Europeu - Nicolas Schmit, responsável pelo sector, que “têm criado grandes expectativas e para o qual a Social Economy Europe tem vindo a dar contributos fundamentais”.

A terminar, Francisco Silva, considerou importante deixar duas notas. Uma a realçar o reconhecido e louvável papel de cooperação entre as autarquias – Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia e as diferentes organizações da Economia Social das respetivas áreas administrativas, mencionando que “as organizações da Economia Social existentes nos nossos territórios não se deslocalizam e a cooperação futura entre ambas as entidades – autarquias e organizações da Economia Social, será fundamental para o aproveitamento pleno dos Fundos colocados à nossa disposição pela União Europeia”. A outra nota, a destacar o papel que o Comité Económico e Social, representante da Sociedade Civil europeu, vem desenvolvendo “com a aprovação de um conjunto de Pareceres sobre Economia Social, com a finalidade do reconhecimento político da Economia Social ao nível da União e que o desejado Plano de Ação [Europeu] para a Economia Social a aprovar até ao fim do ano será um marco decisivo”. ●